

# Trabalho em comunidades amazônicas<sup>1</sup>



*Tharcísio Santiago Cruz\**

## **Resumo**

Este estudo pretende analisar o trabalho de camponeses amazônicos pertencentes a duas comunidades rurais, na Localidade de São Lourenço, município de Manacapuru, no Baixo-Solimões, Amazonas. A pesquisa realizada entre os anos de 2006/2008 analisa mudanças nas formas e relações de trabalho tradicionais, devido à implantação do projeto de Gasoduto Coari-Manaus- Amazonas.

**Palavras-chave:** Trabalho; comunidades; Amazônia.

## **Abstract**

This study pretends to analyse the work of country-man Amazon belonging to two rural commonwealth, in the locality of São Lourenço, municipal district of Manacapuru, in the small – Solimões, Amazon. The research realization between the years 2006/2008 analyses alteration in the form and relation of work tradition, due to the implantation of the project of the Coari-Manaus gas pipeline Manaus-Amazon.

**Keywords:** Work; commonwealth; Amazon.

---

\* Mestre em Ciências do Ambiente, na área de concentração em Política e Gestão Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

E-mail: jucbr@yahoo.com.br



## Introdução

Neste estudo temos a intenção de refletir sobre o trabalho em duas comunidades rurais amazônicas, Nossa Senhora de Aparecida- NSA e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – NSPS situadas na localidade de São Lourenço Manacapuru-Amazonas.

Conseqüentemente suas formas, bem como as modificações devido às atividades das obras do Gasoduto Coari-Manaus – PGCM em seu território, o que tornou possível a percepção das mudanças nas formas de trabalhos tradicionais. Identificou-se novas relações sociais e de trabalho, com a introdução de outras técnicas e atividades de labor entre os moradores das comunidades, principalmente com os empregados na obras do gasoduto, constituindo, assim, em relações de assalariamento pouco vivenciadas anteriormente por estes moradores que exerciam e exercem atividades de agricultura e de pesca.

Tentaremos assim expor parte do trabalho dos camponeses, detentores de um conhecimento e formas de trabalho tradicional, o que auxilia na descrição sobre o universo das relações de trabalho construídas por estes camponeses amazônicos que desempenham, além da agricultura, outras atividades essenciais para sua sobrevivência, como a pesca e o extrativismo.

Compreender o universo de existência dos camponeses implica na análise das formas de trabalho e suas relações nas comunidades em estudo, avaliando principalmente o trabalho agrícola e as novas formas de trabalho impostas a estas comunidades, a partir da atuação das empresas que compõem o PGCM.

Como caracterizar o trabalho se não de acordo com as formas e meios de trabalho próprios dos camponeses da área em estudo? O trabalho na localidade engloba um conjunto de atividades, normas e formas de convívio social que permite que o caracteriza-se, como um modo de vida em comunidade.

Aponta-se nesta análise o prevalecer de formas e meios de trabalho com características peculiares na área em estudo. Analisa-se os elementos constituintes e motivadores das formas de trabalho dos camponeses das comunidades em estudo, bem como na análise das novas relações que se constituem com a implantação do PGCM.

Adentra-se assim, num rico universo de existência e sobrevivência que torna possível a esses agricultores estabelecer um modelo de relação com o



ambiente da região. Convém salientar que o meio ecológico permite não só um tipo de relação desses camponeses com a representação de uma realidade por eles compartilhada, com a própria reafirmação do seu *habitus*.

As atividades principais realizadas por estes camponeses são o plantio e a pesca aliada ao extrativismo de frutas e plantas frutíferas e medicinais principalmente dentro dos próprios quintais e o plantio nos roçados de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, além do plantio da malva. A área para o plantio pode estar localizada na própria comunidade, como no caso da comunidade NSA, como em terrenos separados por obstáculos naturais imposto pelo lago São Lourenço.

Na área correspondente a comunidade NSPS, não há possibilidade do plantio devido a sua pequena extensão. Os camponeses deslocam-se, assim, até as roças ou “centro”.

A pesca é uma atividade de subsistência de extrema importância para os camponeses de ambas as comunidades: permitem a pesca para o consumo familiar e com isso a obtenção de alimento essencial no complemento alimentar, bem como, a comercialização do excedente.

Ressalta-se que ambas as atividades possibilitam o desenvolvimento de certas habilidades pelos camponeses em foco que são fundamentais para sua existência e de suas famílias.

Os camponeses desenvolvem além das atividades agrícolas, pesca e extrativismo, outras atividades complementares entre eles, a fabricação e concerto de instrumentos necessários para o plantio e pesca, bem como o uso de instrumentos tradicionais, e também o cambito e fabricação de utensílios para coleta de frutas como cestas.

Nas comunidades, a maioria dos trinta adultos entrevistados declarou exercer atividades diferenciadas para sua subsistência e as famílias entrevistadas destacaram a agricultura de subsistência e a pesca como atividades tradicionais. Com as obras do gasoduto, alguns dos entrevistados declararam exercer, na atualidade, outras atividades, estão atreladas ao trabalho do gasoduto, correspondendo a um percentual de 60%, de homens hoje estão ligados ao trabalho no gasoduto.

Torna-se importante considerar a existência de habilidades e técnicas que são complementares e fundamentais para a alimentação, como a produção de farinha de mandioca. Verificou-se, ainda, o uso e manutenção de instrumentos tradicionais como o tipiti e a construção de fornos de farinha de barro. Estas

atividades são complementadas pelo trabalho familiar, como já apontava Galeski:

“A atividade que constitui o trabalho do agricultor não só tem grande alcance, sim constitui a base de outras ocupações. Não é precisamente que o agricultor deva saber muitas coisas. Há muitas ocupações onde os conhecimentos de muitos campos são úteis e necessários” (1970, p. 166).

Salienta-se que “os instrumentos e técnicas que constituem uma tecnologia específica são realmente resultantes de um prolongado processo de acumulação cultural que vem do passado” (WOLF, 1970, p. 19).

Na análise sobre o trabalho dos camponeses nas duas comunidades, tornou-se necessário tomar em consideração a amplitude acerca do conceito de camponês e suas diferenciações.

De acordo com Wolf (1970) os camponeses podem ser entendidos a partir da definição de um ecótipo que protagoniza uma adaptação ecológica, pois,

“a adaptação ecológica do campesinato consiste, portanto, uma série de transferências de alimentos e numa série de projetos que tem por finalidade a canalização de forças inorgânicas de energia para os processos produtivos” (1970, p. 36).

Os camponeses exploram assim um conjunto de fontes de energia no seu meio ecológico e isto permite a conceituação de Wolf de que o camponês constitui-se em um ecótipo caracterizado pelo “emprego de trabalho humano e animal” (1970, p. 37).

Shanin (1982) na tentativa de compreensão sobre o que o camponês considera as características do estabelecimento rural familiar, considera que,

“o cerne de suas de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (SHANIN, 1982, p. 51).



Ou seja, segundo este autor isto se relaciona tem o com o modo como operam os estabelecimentos rurais familiares, suas formas e transformações.

Dentre as inúmeras generalizações e definições considera-se os elementos que ajudam a encontrar a melhor definição sobre camponês e que auxiliam na reflexão sobre o trabalho camponês nas comunidades em estudo. Dentre tais elementos segundo Shanin (1982) os que se relacionam à economia camponesa como:

- o trabalho familiar, o controle dos próprios meios de produção e economia de subsistência;
- Padrões de organização política;
- A permanência de relações tradicionais.

Em se tratando da unidade de produção familiar

“como a unidade básica de organização da economia e social, a agricultura como a principal fonte de sobrevivência, a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais, a situação oprimida, isto é, a dominação, exploração dos camponeses por poderosas forças externas.” (SHANIN, 1982, p. 50)

Outro aspecto que caracteriza os camponeses é o que se relaciona com comportamentos e motivações de suas famílias. Nesse sentido, Chayanov (1970) ensina que “os camponeses tratam de satisfazer as necessidades da família, a família camponesa depende do trabalho dos membros da família” (1970, p. 134), o que acentua na relação entre as “necessidades de subsistência” e a necessidade do trabalho despendido capaz de suprir estas necessidades.

Segundo Chayanov (1970) o trabalho despendido é determinado de acordo com o tamanho da unidade familiar e o número de membros desta em condições de trabalhar e isto se fará refletir no esforço dos membros da família, na expectativa de suprir suas necessidades e adquirir os produtos para seu consumo ao longo de um ano de produção.

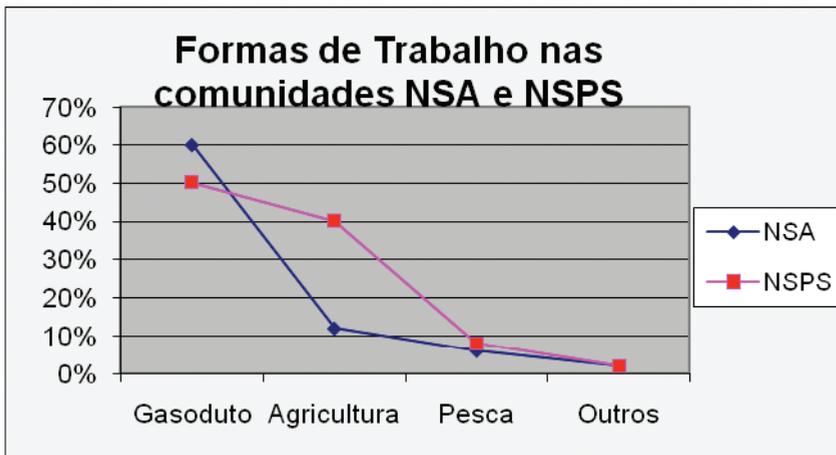
Para Abramovay (1998) “o balanço entre trabalho e consumo”, são relacionais assim, “o uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo



fundamental de satisfazer as necessidades familiares” (1998, p. 61). O trabalho familiar segundo Abramovay constitui eixo central no sentido de mediar a relação entre trabalho e consumo, no sentido de afirmar a disposição da força de trabalho familiar, que constitui a existência e atuação da unidade produtiva, mesclam-se assim trabalho, consumo e renda familiar. O agricultor tradicional como um maximizador de oportunidades, por levar em conta o ambiente ecológico e social a que está ligado.

Nas comunidades percebe-se mudanças no tipo de trabalho e no nível de renda dos trabalhadores antes e depois do início das obras do gasoduto. Nesse sentido, foi constatado que mais de 60% dos camponeses exercem atividades específicas nas obras do gasoduto. Esta constatação foi possível a partir da indagação sobre as principais atividades de trabalho exercidas nas comunidades, conforme o gráfico sobre as formas de trabalho nas comunidades:

**Gráfico 1** - Formas de trabalho. O gráfico demonstra o percentual das atividades de trabalho tradicionais e assalariadas nas comunidades. É possível perceber a diminuição das atividades laborativas tradicionais, como: agricultura e pesca.



Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Constatou-se que as atividades realizadas nas obras do gasoduto representam uma modalidade de trabalho assalariado e que tem prevalecido nas comunidades nos últimos dois anos, o que levou também a constatar relações de assalariamento, a conseqüente diminuição das atividades de agricultura e pesca, principalmente devido a diminuição do tempo disponível para tais atividades,

com isto, o esforço de trabalho de uma parte dos moradores das comunidades em atividades que exigem outros e novos conhecimentos técnicos e com atuação das empresas do consórcio, alterando o sistema produtivo camponês, principalmente pelo caráter temporário do trabalho. Significa, assim, para os camponeses, uma oportunidade talvez única de aumento de renda, mesmo à custa da interrupção de suas formas de trabalho tradicional, ou mesmo correndo o risco de alteração posterior dessas formas de trabalho.

De acordo com Abramovay (1988), há um elemento que pode alterar significativamente a racionalidade camponesa, que é a existência de um modo capitalista de trabalho, o que compromete o esforço da família enquanto unidade produtiva que tem a disposição de uma alternativa de renda. No caso das comunidades estudadas, encontrou-se a existência de postos de serviço, como modelos de frentes de trabalho.

É perfeitamente concebível que a família opta que alguns de seus membros trabalham como assalariados e portanto, que sua produção caia, encontrando no mercado de trabalho um meio de obter suas necessidades de subsistência (1998, p. 93).

## Trabalho em Marx e ambiente

Os camponeses das comunidades possuem em sua reprodução econômica formas de trabalho tradicionais que permite a caracterização como parte de populações ligadas ao meio “natural” e reprodutores do meio social e ecológico.

Segundo Marx (1987) o trabalho é uma atividade que se apresenta como uma das principais fontes de produção de valor de uso, o trabalho camponês permite que ele se aproprie da natureza, ou melhor, dos seus recursos naturais. A sua íntima ligação com um *habitus* econômico e disposições, como os produtos da floresta e o manancial pesqueiro dos lagos e igarapés o transformam em produtores polivalentes o que os diferenciam de outros camponeses.

Witikoski (2007), em “águas de trabalho” elabora observações sobre a importância das águas para produção de proteína animal fundamental para a vida neste espaço. Ressalta também o caráter coletivo do trabalho necessário para obtenção do pescado, o que torna possível a existência de uma “prática

coletiva” e de “formas de divisão do produto do trabalho”, o que supre as necessidades básicas de alimentação das famílias das comunidades, acentua ainda,

Aqui, ao contrário da relação que o camponês estabelece com a floresta de terra firme (muito mais eventual que cotidiana) e com a floresta de várzea (área que envolve o entorno de sua propriedade), sua ligação com o meio aquático é de extrema plasticidade (WITKOSKI, 2007, p. 290).

Dessa forma se estabelece uma relação em que o camponês das comunidades transforma os recursos em valor de uso quase que essencialmente, já o pequeno excedente é usado como valor de troca para o suprimento das necessidades indispensáveis, assim “a proporção entre trabalho e matéria natural varia muito nos valores de uso, mas o valor de uso contém sempre um substrato natural” (MARX, 1987, p. 42).

Como atividade que visa de uma forma ou de outra, a apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independente de qualquer forma social.

A apropriação do homem sobre a natureza, que Marx define como “objeto de trabalho preexistente por natureza”, como exemplo, “[...] a floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão” (1987, p. 37), o que vem ocorrendo com as comunidades não apenas mudanças no trabalho e suas diversas dimensões, mas a que está também sendo desprendida de seu território de parte dos recursos naturais, principalmente parte da floresta, com as transformações oriundas do projeto GCM:

Já que o trabalho é uma atividade que consiste em apropriar-se do que é material com esta ou aquela finalidade, necessita da matéria como pressuposição. A proporção entre trabalho e matéria natural varia muito nos diferentes valores de uso, mas o valor de uso contém sempre um substrato natural (MARX, 1987, p. 42).



Na reflexão sobre os meios de trabalho, que de acordo com Marx, pode ser identificada como um complexo de coisas que estão entre o trabalhador “é o objeto do trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2004, p. 38).

Quando se analisa o trabalho, a partir das comunidades, ou em outras comunidades amazônicas, aponta-se para o fato de que o trabalho consiste, na apropriação dos meios de produção e conseqüentemente do meio de existência dos camponeses. Esse camponês tem à sua disposição os meios naturais que possibilitam o acesso aos peixes, produtos – lenhosos, caça e terras para o plantio, e alia tudo isto a seu conhecimento de técnicas de coleta, pesca e agricultura de várzea.

Nesta abordagem sobre o trabalho camponês nas comunidades como o trabalho agrícola nas várzeas as margens do lago São Lourenço, torna-se importante considerar a dimensão do trabalho como, possibilidade de existência de um vínculo que possibilita:

Processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele coloca em movimento as forças naturais à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 2004, p. 36).

Vale ressaltar, que apesar deste tênue vínculo com o meio ambiente e uso dos seus recursos naturais os camponeses das comunidades pesquisadas estabelecem relações comerciais para suprir as necessidades de alimentação, remédios, roupas etc. Os agentes mais comuns presentes neste tipo de comercialização são os regatões, geleiros, além da comercialização na sede em Manacapuru, no caso da comercialização dos produtos agrícolas e/ou pescado.

Não se trata apenas de uma relação eminentemente econômica no modelo dos grandes centros consumidores, como Manaus, ou seja, “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 1998, p. 117).

Identifica-se nas comunidades pesquisadas, este tipo de relação comercial que manifesta também um tipo de relação política prevaiente no interior do

Estado do Amazonas (FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007) que estabelece um vínculo entre o agricultor familiar com o grande mercado. Trata-se, pois, de uma condição de extrema fragilidade, considerando que o camponês pouco pode interferir nos valores estabelecidos sobre seus produtos. Não há uma oscilação nos preços dos produtos e sim, uma queda de preços extremamente desfavorável para os agricultores e familiares.

Em geral, o isolamento físico dos camponeses, a dificuldade de suas comunicações com o exterior, favorecem situações em que operam com grandes vantagens aqueles comerciantes que conseguem formar uma rede de compra e venda que rompa as barreiras que separam a comunidade em questão da sociedade nacional (ABRAMOVAY, 1998, p. 126).

Neste sentido Witkoski (2007), expõe de forma clara essa relação em sua análise sobre o trabalho camponês nas áreas de várzea no médio Solimões e Amazonas Central, segundo o autor,

o trabalho é um ato pelo qual o homem se apodera da natureza, fazendo dela algo que lhe pertence, algo que lhe é inerente. Para tal apropriação, as forças naturais pertencentes a sua corporal idade (perna, braço, mão, cabeça, etc.) são elementos vitais (WITKOSKI, 2007, p. 13).

Aponta ainda que algumas das dimensões do trabalho dos camponeses nas várzeas do médio Amazonas expõe não apenas aspectos físicos e materiais, ou mesmo ontológicos, nos permite também enxergar a dimensão simbólica deste trabalho, assim como, os pequenos agricultores da localidade de São Lourenço, dentre inúmeras outras localidades no Amazonas, expõe a materialidade de seu trabalho e a tênue relação com o ambiente em que o acesso aos recursos naturais se articulam com sua própria capacidade de esforço físico, para tanto a contribuição insubstituível de braços, pernas, capacidade física para tornar possível a sua produção e reprodução e conseqüentemente a existência de uma unidade de produção e de sua existência material e simbólica.

Witkoski (2007) se reporta a Marx para apresentar a constituição desta existência em amplos aspectos que estão interligados e carecem de ser compreendidos e posteriormente analisados, para que se adentre nos



fundamentos de um universo material e ideológico dessas populações amazônicas, deste modo,

podemos, assim, evidenciar que a produção material da vida é uma relação material e social que possui duplo sentido: procriação e trabalho. Ambos os aspectos revelam-se através da preservação da própria vida-relação material (relação de procriação da espécie) e da relação entre os homens (relações sociais de produção) - resultado de determinada articulação realizada no modo de produção exercido através de certa maneira de cooperação (WITKOSKI, 2007, 134).

A existência, produção e reprodução material desses pequenos agricultores, como pertencentes às populações amazônicas, diz respeito a própria manifestação de relações sociais de produção de acordo com os determinantes materiais de um conjunto de forças produtivas existentes.

Procuramos expor algumas das dimensões sobre o trabalho e essas novas formas de trabalho só foram apresentadas na forma de “emprego” nas frentes de trabalho (Canteiro de obras). Suas formas tradicionais confrontam-se com as novas modalidades a partir das obras do gasoduto, o que trataremos no capítulo seguinte, onde tenta abordar a dimensão de novas formas de trabalho para tentar mensurar o caráter de transformações vivenciadas pelos moradores das comunidades NSA e NSPS.

### **Sobre os grandes projetos na Amazônia**

A região amazônica é marcada por um histórico de intervenção, disputas, decisões políticas exógenas e a manifestação de interesses externos, seja no período monárquico, na Amazônia colonial, no período de produção borracha no final do século XIX e início do século XX, em décadas mais recentes a intervenção do Estado brasileiro na Amazônia se deu via governos militares, através dos grandes projetos para o desenvolvimento da Amazônia, a partir das décadas de 1960/70/80.

Silva (2000), por exemplo, situa o problema das relações do Estado brasileiro com a região amazônica e todo um complexo processo de inserção da região no mercado internacional, define assim que “... *a problematização da*



*Amazônia envolve um tema fundamental das ciências sociais que é a questão nacional*” (SILVA, 2000, p. 13). A temática da questão nacional exige assim se pensar na constituição desta nacionalidade e nação, o que acaba por colocar a região como “*um dos lugares dos projetos econômicos e políticos da Europa dos séculos XVI e XVII*” (Ibidi, p. 23).

Em período mais recente, Ianni (1977), avalia que a partir de 1960 os projetos políticos direcionados para a Amazônia se constituíram em verdadeiras transformações econômico-sociais, como exemplo a abertura de grandes estradas na região, como a rodovia Belém-Brasília, a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, bem como a criação de agências federais definindo os objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Partindo da contribuição de Ianni (1986), conseguimos visualizar a presença do Estado dentro de uma adequação do modelo capitalista dependente que resultara na própria ocupação do espaço da Amazônia Legal e verdadeira alocação de capital via estes grandes projetos.

A Amazônia pode ser assim analisada por ângulos significativos como a imposição de modelos político-econômicos externos e imposição de relações sociais de produção e de forças produtivas constituídas pela sociedade local e regional. De acordo com a análise de Oliveira (1994), que tematiza a questão considerando que,

a recente expansão econômica da Amazônia brasileira acelerada nos fins a década de 70, sobretudo através dos megaprojetos de impacto do regime autoritário – Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, Balbina (OLIVEIRA, 2004, p. 85).

O que acaba por revelar como se manifestam políticas com estratégias de reconquista sobre a região, como também um tipo de intervenção sobre a região pensada e formulada externamente, de acordo com a lógica do estado de dominar, ocupar e controlar a região.

Neste texto a intenção é de empreender uma reflexão que trata da temática dos grandes projetos, como o Projeto do Gasoduto Coari Manaus, avaliando não apenas os impactos deste projeto sobre o ambiente físico, social e econômico de duas comunidades amazônicas.

Trata-se da abordagem sobre um grande projeto direcionado para extração de gás natural pode ser visto, a partir de um dos extremos de



discussão, que a insere em orientações econômico- políticas que contemplam modelos de exploração, domínio e ocupação da região “refletidos como exemplo nos grandes projetos agropecuários e minerais para a região” (CASTRO, 1994, p. 9).

A ênfase da análise sobre a região inserida na dinâmica do desenvolvimentismo que teve sua caracterização mais presente durante o período do regime militar tenta-se assim construir uma base de análise que nos permita compreender os efeitos de tal modelo sobre a sociedade regional.

Neste sentido alguns dos grandes projetos para a Amazônia, como: os pólos de mineração, a abertura de estradas e projetos agropecuários, e de colonização dirigida, acabam por revelar o complexo jogo de forças entre interesses do estado e interesses privados sobre a região refletindo sobre a sociedade local e alterando o equilíbrio de forças sociais em confronto na região.

Como exemplo o Projeto Grande Carajás, por exemplo, reflete o teor desta dinâmica que revela a relação entre Estado e sociedade, alimentando uma tensão inerente ao processo de implantação dos projetos e manifestando a face de domínio do Estado sobre a região.

Um dos documentos que referendam o Projeto Grande Carajás e planejamentos para a Amazônia é o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), que acaba por ressaltar alguns aspectos, como:

- Os objetivos desejáveis de desenvolvimento da região, interpretados a luz do Plano Nacional de Desenvolvimento;
- As tendências da economia regional, no contexto brasileiro e mundial;
- O balanço de fatores e recursos naturais da região de modo que as políticas a serem traçadas que levassem na devida conta as peculiaridades da área e os condicionantes ecológicos existentes (PDA – Preâmbulo).

Há é claro uma sistematização no II PNDA, “do sistema econômico para fim de planejamento” (p. 5), o documento já aponta assim em meados da década de 1970, sobre a importância e densidade de seus recursos naturais apontando para perspectivas de mercado, assim sistematizações sobre recursos florestais e pesqueiros, recursos hídricos do solo e subsolo. Com relação aos recursos do subsolo, já eram apontados potenciais relativos a alguns minerais, como, “bauxita; calcário; caulim; cassiterita; ferro; manganês e salgema” (p. 8), bem como sistematizações de estudos da Petrobrás sobre a ocorrência de petróleo no Estado do Acre.

O PNDA pode ser visto como tema significativo para a compreensão da intervenção estatal na região que se efetiva através das ações, ou seja, de infra-estrutura em que se evidencia a ação do Estado brasileiro, principalmente através da construção de rodovias, como: as rodovias: Manaus e Porto velho, Cuiabá-Santarém, Transamazônica, Perimetral-Norte e Belém-Brasília.

Hall (1989) argumenta que a “Operação Amazônia” teve objetivos de criação de polos de desenvolvimento na região, revelou assim a política do Estado brasileiro para concretizar os objetivos de ocupação da região, estão também implícitas manifestações de ordem econômica e geopolítica sob o forte argumento da necessidade de integração nacional, muito evidente a partir do lema “Integrar para não entregar”.

No período do regime militar essa relação se torna mais evidente, quando se constata o caráter de centralização do Estado brasileiro a partir de suas políticas de planejamento para a região, os efeitos são significativos e presentes, manifesta o grau de desigualdade com relação á distribuição e uso de seus recursos naturais, assim,

“Matriz do processo de exclusão social, as distorções nas formas de apropriação e uso da terra levaram a uma desterritorialização de grupos-nativos e caboclos, acompanhada de intensa mobilidade populacional e não diminuíram, assim que a própria condição de fronteira natural já transmitida á ocupação da região” (FERREIRA; SALATI, 2005, p. 31).

Segundo Salati (2005) na década de 1980 é possível perceber uma redução do papel do Estado na região, devido às questões internas e externas, como inflação e a própria mudança no cenário político efeito da redemocratização, as políticas centralizadoras começam a perder espaço.

Sobre tais modelos é importante que tenhamos clareza que as articulações e intervenções se iniciam ainda no período monárquico, feudal e absolutista europeu, a Amazônia é ponto estratégico de equilíbrio e atuação de forças políticas universais.

Neste padrão manifestam-se elementos que são centrais para o entendimento da geopolítica na região, ou seja, a Nação e Estado como



instituições que irão se fortalecer principalmente a partir do surgimento a afirmação do sistema capitalista.

Neste modelo de relação entre Estado Nacional e sociedade Amazônica, Marilene Corrêa em *O País do Amazonas*, tece precisa análise sobre como a Amazônia é criada dentro de um conjunto de processos que revelam o caráter de “*integração da Nação brasileira*”(p.11) e define tal relação em termos de Amazônia como local em que se processam registros econômicos e políticos europeus a partir do século XVI, assim define, que

temporalmente, os séculos XVI e XVII, correspondem na Amazônia os dois momentos da participação Ibérica europeia. No Primeiro, as explorações de reconhecimento físico e a busca da riqueza fácil. É o período das expedições dos primeiros viajantes, dos primeiros missionários. No segundo, a conquista e a colonização dá-se num quadro de disputa interna (com as populações locais, com os demais estrangeiros envolvidos) e externa (com outras nações constituídas, via equilíbrio diplomático, nas concessões de exploração de mercados) (SILVA, 2000, p. 23).

Em ambos modelos configuram-se a convergência de olhares e práticas sobre a região como a ser explorada, articulam-se sofisticadas estratégias para a concretização de tais modelos exploratórios.

Na abordagem Becker (1994), a autora analisa a Amazônia inserida em uma configuração geopolítica em que se sobressai o caráter ambiental, o que manifesta a relação entre sociedade e natureza, apresentando assim elementos fundamentais para que possamos analisar tal relação.

Becker (1994), a Amazônia é vista hoje como símbolo do desafio ecológico, “*Isto valoriza como capital-natureza, poder ser o maior banco genético do planeta, o lugar de maior biodiversidade no mundo e portanto, fonte primordial para a ciência e tecnologia, ou seja, para a biotecnologia*” (BECKER, 1994, p. 108), o que reafirma em termos de valorização de geopolítica de interesse externo e interno.

Nesta postura dos Estados nacionais é importante salientar a discussão sobre a internacionalização da Amazônia, em que se torna cada vez mais evidente a importância de uma, “*maximização da exploração dos recursos naturais regionais e aí influir na administração e controle ambiental da região*” (RIBEIRO, 2000,

p. 50), dentre algumas estratégias, o autor cita por exemplo o projeto Sivam e a disputa entre EUA e França pela gestão tecnológica do projeto e a alteração do texto constitucional sobre o conceito de empresa nacional, modificando assim a ação de empresas multinacionais de mineração na região.

De acordo com a Política Nacional Interada para a Amazônia legal de 1990, documento que legitima em termos legais a postura do governo da época em apresentar diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica e é apresentado como plano norteador do “Projeto Amazônico”. Aprovado pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal – CONAMAZ em 14 de julho de 2000, o documento legitima a ação política que institui um novo padrão de desenvolvimento para a Amazônia, nesse sentido,

A adoção de uma política Nacional integrada para a Amazônia legal expressa em si mesma, um novo modo de operar políticas públicas, o Estado deixa de ser o executor exclusivo do processo de desenvolvimento, acumulando em contrapartida funções de coordenação e regulação crescentes (PDA, p. 17).

Sobre a exploração de gás e Petróleo no Amazonas e seus impactos sobre a sociedade local, Caúper (2000) na Província Petrolífera de Urucu - PPU foram realizadas perfurações na região entre os anos de 1987 a 1990. A partir de sondagens e perfurações a Petrobras decidiu implantar a infraestrutura da Província, o que tornaria possível nos anos seguintes a exploração de gás natural e de petróleo, especificamente a partir da década de 1990.

De acordo com dados da Petrobras (2006) a Província chega a produzir, 60.000 barris/dia de petróleo e 9,5 milhões de metros cúbicos de gás natural, que é reinjetado até que a infra-estrutura necessária para o escoamento, comercialização e consumo esteja concluída.

Na base petrolífera de Urucu também há reservas de gás natural suficientes para abastecer toda a região Norte do país, e outras regiões, como uma das principais fontes de energia elétrica. A disponibilização do gás natural de Urucu faz parte do programa de massificação do uso do gás lançado pelo Governo, na qual o Amazonas está contemplado com um investimento de infra-estrutura na instalação



do Gasoduto Coari-Manaus e outros desenvolvimentos tecnológicos (Petrobras, 2006).

Na década de 1990 a Petrobras começa a enfrentar os problemas com relação ao transporte de gás natural e petróleo na região amazônica, o que ira ocasionar a busca de alternativas viáveis economicamente e ambientalmente para o transporte de tais combustíveis.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, estão apontados alguns riscos ambientais e socioeconômicos se realizados o transporte destes combustíveis por balsas e navios. Considerando o ciclo hidrológico da região, o tempo de viagem deste combustível pelos rios, a movimentação das águas, a profundidade dos rios, o custo do gás considerando a distancia, os estudos do Rima serão assim fundamentais para que a Petrobras passe a ter uma preocupação maior com relação ao transporte dos produtos (RIMA, 1996).

No Rima do gasoduto elaborado pela UFAM/CCA, estão apontadas uma série de vantagens e benefícios referentes ao transporte do gás natural via gasoduto, como encontramos no documento,

Considerado mundialmente o melhor meio de transporte para médias distancias e médios/grandes volumes. É a melhor alternativa técnica e econômica para a Amazônia, além de ser ambientalmente menos impactante para a região em relação as outras alternativas. Sempre que possível o transporte de gás natural é feito no mundo através de dutos, mesmo em áreas sensíveis e remotas como a Sibéria, Alaska e Pantanal Mato-grossense (Bolívia-Brasil). Os riscos associados a esse transporte são mínimos e se resumem ao período de instalação, não sendo significativos os impactos durante a operação (RIMA, p. 34-35).

O Rima não se atem apenas em seus estudos aos aspectos positivos e/ou negativos relacionados à implantação do gasoduto, encontramos estudos aprofundados sobre: caracterização da bacia hidrográfica, principalmente dos rios Negro, Solimões e Badajós. Direciona-se na análise sobre os recursos hídricos a serem atingidos e suas características físico-químicas dos rios, a composição biológica considerando as variações de fito plânctons, a composição



zooplântica, a variedade de macrófitas aquáticas, os aspectos componentes e relativos aos tipos de solo como solos de terra firme, solos intermediários entre terra firme e várzea uso dos recursos hídricos, a geomorfologia da área, clima, meteorologia, mudanças climáticas, meio biótico, conseqüentemente os tipos de floresta, como floresta de terra-firme; florestas de várzea e igapó, áreas não florestais, a fauna, as comunidades de peixes, aves, mamíferos .

Encontra-se também no Rima um conjunto de estudos socioeconômicos sobre as populações da área de influencia do gasoduto. Os aspectos socioeconômicos estão interligados a fatores de ordem econômico-político inseridos na discussão que envolve a implantação do projeto. Os aspectos políticos forma abordados por Haag (2006), quando da ênfase sobre o papel da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que empreendeu exaustiva discussão junto a sociedade local, principalmente nos municípios do interior do Estado sobre os impactos sociais que o gasoduto poderia ocasionar. Estas discussões estão sistematizadas nos ciclos de seminários realizados pela CPT, sobre o PGCM, intitulados de “Seminários sobre o gás natural de Urucu”, entre os anos de 1999 a 2001.

Haag (2006) aponta para as dimensões de ordem políticas que inserem o gasoduto Coari-Manaus, na discussão sobre o Plano energético nacional. Acentua sobre a importância do Plano de Massificação do Uso do Gás – Natural (PMUGN) e do Programa Prioritário de Termoelétricas-(PPT), que se inserem em diretrizes adotadas pelo Estado Nacional, via Ministério das Minas e Energia (MME), para maior aproveitamento de Gás-natural em usinas termoelétricas, a partir da substituição de óleo diesel por gás natural, o que significaria em uma reconfiguração da matriz energética do país e principalmente do Amazonas, que tem a grande maioria dos seus 62 municípios geração de energia por termelétricas.

A discussão sobre a construção do gasoduto ligando o Terminal Solimões – TESOL localizado no município de Coari até Manaus envolve a Petrobras representando os interesses e panorama energético do Estado brasileiro. O Estado do Amazonas na redefinição de sua matriz energética, os municípios pelo qual passará o traçado do gasoduto e os demais municípios que visam alternativas de crescimento econômico e desenvolvimento a partir da redefinição dessa matriz energética e é claro aproveitamento da potencialidade do Estado por possuir uma grande reserva de gás natural e de petróleo.



Neste sentido o PPT tem como objetivo “a ampliação do parque termoeletrico do país, movido a gás natural, combustível economicamente mais viável do que as tradicionais plantas termoeletricas que utilizam o óleo diesel” (HAAG, 2006, p. 86).

A disponibilização do gás natural de Urucu faz parte do programa de massificação do uso do gás lançado pelo Governo, na qual o Amazonas está contemplado com um investimento de infra-estrutura na instalação do Gasoduto Coari-Manaus e outros desenvolvimentos tecnológicos (Petrobras, 2006).

### Considerações finais

O trabalho revelou diferentes modos de intervenção sobre o meio natural. De um lado organizada esta intervenção na modalidade tradicional, em que processa a obtenção direta dos meios de existência, a partir do trabalho tradicional, agricultura, pesca e extrativismo. Outra dimensão é a de apropriação dos recursos naturais, no caso o Gás natural, onde o meio ambiente é interpretado e invadido seguindo a lógica da produção capitalista, ou seja, processa-se uma relação em que prevalece o *valor de uso* segundo o conceito de Marx.

As atividades de agricultura, pesca e extrativismo revelam a produção dos meios de vida, diferentemente do valores de uso. A agricultura praticada pelos camponeses desenvolve também uma produção, que deixa de ser atividade principal de sobrevivência, devido ao trabalho assalariado do gasoduto.

O fenômeno do gasoduto propicia formas diferenciadas de produção, interferem na estrutura social das comunidades, modificam sua paisagem, impactam sua possibilidade de subsistência a partir dos recursos naturais, como a pesca. O trabalho assalariado prevalece sobre as demais atividades laborativas. Desse modo constata-se relações sociais de caráter capitalista, mesmo que temporárias devido também a existência de contratos de trabalho.

Na região ocorre uma produção que “atravessa” o território das comunidades, há a extração de um recurso natural, visando suprir um grande mercado, cujas exigências demonstram as enormes necessidades de consumo, seja em Manaus, no Amazonas, ou em outras metrópoles nas diferentes regiões

do País. Tais exigências situam-se na reconfiguração da matriz energética regional ou nacional, na contribuição para que outras regiões possam fazer uso de um “combustível limpo”.

## Notas

<sup>1</sup> Este texto é parte da dissertação de mestrado defendida em Maio de 2008 intitulada *As Transformações socioambientais e econômicas derivadas do Projeto do Gasoduto Coari-Manaus no Baixo-Solimões: um estudo da Localidade de São Lourenço, Manacapuru(AM)*.

## Referencias

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo : Hucitec1998.

BECKER, Bertha.K. Geopolítica da Amazônia. In: *Estudos Avançados 53 USP*. São Paulo: IEA, 2005.

\_\_\_\_\_. Estado, Nação e Região no final do Século XX. In: *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

CHAYANOV, A.V. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1970.

CASTRO, Edna. Processos de trabalho e Relações de Poder no Carajás. In: *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

CÁUPER. Geni de Barros. A influência das atividades de exploração de petróleo e os impactos ambientais e socioeconômicos no município de Coari. (Dissertação de Mestrado). Manaus: Ufam, 2000.

FRAXE, Therezinha de Jesus. *Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Anablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FERREIRA, Antonia. M e SALATI Enéas. Forças de transformação do



- ecossistema amazônico. In: *Estudos Avançados* 54 USP. São Paulo: IEA, 2005.
- GALESKI, B. Problemas sociológicos de la ocupacion de los agricultores. In: *Campesinos y Sociedades Camponesas*. Theodor Shanin(org). México: Fundo de Cultura, 1970.
- HAAG, Oliveira Cêzar. *Subjetivações e Ação Comunicativa no processo de Avaliação de Impacto Ambiental do Gasoduto Coari-Manaus* (Dissertação de mestrado). Manaus: Ufam, 2006.
- HALL, Anthony. *Amazônia: desenvolvimento para quem?desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1989.
- IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. *Para a Crítica à Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e Processo de Valorização. In: *A Dialética do Trabalho*, 2004.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Os Atalhos da Magia: Reflexões sobre o relato dos Naturalistas Viajantes na Etnografia Indígena. *Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi*, Série Antropol, 3 (2), 1987, p. 155-188, 2004.
- SHANIN,Teodor. *A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1970.
- SILVA, Marilene Corrêa. *O Paíz do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000.
- Sistemas Abertos Sustentáveis- SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*/Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro e Nídia Noemi Fabré (Org). Manaus: Edua, 2003.
- WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, Florestas, Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Edua, 2007.
- WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1970. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979).
- Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal. Ministério do Meio

Ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia Legal, Brasília, 1995.

Relatório de impacto Ambiental, Ufam, 1996

www. petrobras, 2006.

